casadesarmento
centro de estudos do património

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

# O Azemel Vimaranense.

VASCONCELOS, A. Tibúrcio de

Ano: 1922 | Número: 32

---

**Como citar este documento:**

VASCONCELOS, A. Tibúrcio de, O Azemel Vimaranense. *Revista de Guimarães,* 32 (4) Out.-Dez. 1922, p. 409-414.

---

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

# «O AZEMEL VIMARANENSE»

---

Passa no presente ano o centenário do primeiro jornal publicado em Guimarães. Tomou o título de *Azemel Vimaranense* e apareceu, como quási todos os jornais do tempo, em formato pequeno (0,m30 × 0,m22) com quatro páginas a duas colunas.

Até então o jornalismo limitava-se a Lisboa, Pôrto e Coimbra, de sorte que Guimarães tomou assim o quarto lugar entre as terras que primeiro tiveram jornais. Esta circunstância torna-o de-veras apreciado.

Atribui-se-lhe a redacção a José de Sousa Bandeira, em tempo escrivão do Juízo do Geral, Manoel Luís Pereira Gouveia, professor de Filosofia e de Música, seu amigo e depois seu sogro, e Fr. Rodrigo de Menezes que morreu abade de S. Tiago de Antas. Mas o principal redactor deve ter sido Sousa Bandeira, cujo temperamento e paixão partidária o chamavam à propaganda e à luta, e o *Azemel* é bem o arauto que precede o *Artilheiro* e o *Periodico dos Pobres*, e escrito já no estilo singelo e mordaz que o notabilizou como publicista no *Braz Tizana*.

Na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento há apenas os números 3 e 4 do primeiro ano, respectivamente de 25 e 30 de Outubro de 1822, e os números 11, 12 e 16 do segundo ano, de 22 de Março, 4 de Abril e 7 de Maio de 1823. E estes cinco números representam uma extrema raridade.

O jornal, aparecendo em Outubro de 1822, com o juramento da Constituïção, parece haver terminado em meados do ano seguinte logo após a Vilafrancada.

Ora os que se lhe tem referido, quer na biografia de Bandeira, quer fazendo a história do jornalismo, caem em êrro a êste respeito, proveniente por certo de

não terem visto número algum do jornal. Inocêncio chama-lhe apenas *Azemel* e dá-o como publicado em 1825; Silva Pereira, no «Jornalismo Portuguez», em 1823; Custódio José Vieira chama-lhe também só *Azemel*, não menciona o ano e diz — «o periodico nunca o vi, mas sei que inda hoje apparece por ahi colleccionado, o que prova a estima em que se teve.» E' uma maneira delicada de lhe fazer o elogio, porque se fôsse exacta a asserção ser-lhe-ia fácil encontrá-lo. António Caldas na sua monografia «Guimarães» data-o de 1823 e assegura ser muito rara a colecção. Pode-se, portanto, concluír que também nenhum dos outros três viu o jornal.

## *O AZEMEL VIMARANENSE.*

N.º 3. An. 1822.

A qui vaõ troando
Os eccos das bombas,
Que estouraõ nas trombas
Dos Rhyneçõrontes.
Fel. Elis. Antes de morto.

Preço 20 reis.

*Sexta Feira 25 de Outubro.*

Os pedidos de informação e notícias não conseguiram obter a indicação de mais números além dos cinco já citados. Três oferecidos ùltimamente pelo Sr. João Lopes de Faria e dois, que devem ser os que o Sr. Dr. Avelino Guimarães declarava possuír em 1884, numa das correspondências para o *Jornal do Commercio* àcêrca da exposição industrial dêsse ano, e que já vem mencionados no Boletim da Sociedade de 1895 como pertencendo-lhe; oferta, é de supor, do mesmo senhor.

O *Azemel* saía tôdas as semanas, mas sem dia marcado para a publicação. Durando esta de Outubro de 1822 a Maio de 1823, é provável assim que saíssem doze ou treze números no primeiro ano e dezóito ou dezanove no segundo, não indo além de trinta ou trinta e dois a sua colecção.

A época era de grande agitação política. A distribuïção de um jornal partidário e agressivo, num meio pequeno em que a maior parte dos seus habitantes não

concordava com a sua doutrina e propaganda, devia ser muito limitada. As violências e os vexames exercidos durante as contendas entre os absolutistas e constitucionais ainda por mais doze anos levaram, de-certo, como medida de precaução, os seus possuïdores a inutilizar um papel que os comprometia.

E é pena que não se possa fazer um pouco de história política retrospectiva pela leitura de todos os seus números, e avaliar a influência que êle teria nas coisas locais. Tomando de repente uma feição revolucionária e desrespeitosa, um jornal nestas condições numa terra de gente apegada a tradições e preconceitos, não podia ser um meio de evolução para os novos princípios que defendia. Representou contudo um acto de arrôjo e uma crença arreigada que tem direito à nossa homenagem. Os seus exageros, porém, deviam provocar protestos que a seu tempo se manifestariam em represálias cruéis.

*O AZEMEL* *VIMARANENSE.*

*Aqui vão troando*
*Os éccos das bombas,*
*Que estourão nas trombas*
*Dos Rhyneçorontes.* *Fel. Elis.*

SEXTA FEIRA 4. [NUM. 12.] ABRIL DE 1823.

Os números de 1823 tem entre o título uma gravura pequena representando um almocreve levando o macho carregado, pela arreata. Os de 1822 não tem a gravura, mas trazem a indicação do preço — 20 réis cada um. Os do segundo ano custavam 400 réis por trimestre.

Todos tem como epígrafe a quadra

A qui vão troando
Os éccos das bombas
Que estourão nas trombas
Dos Rhyneçorontes.

Fel. Elis. — *Antes de Morto.*

e a indicação de haverem sido compostos na Imprensa Vieirense, da rua Escura.

O primeiro artigo do n.º 3 intitula-se «Credo dos corcundas» e é uma série de epigramas e ironias aos vencidos de ocasião. No número 4 declara-se que «o redactor do *Azemel* não terá thuribulo nem prostituirá seus incensos à Deosa das Contemplações.» São ambos ainda moderados apesar do emprêgo de alguns termos duros contra os absolutistas.

Os números de 1823 mostram uma redacção mais cuidada e melhor disposição das matérias. O número 11 é mesmo muito bem feito. No número 12 vem uma carta de um filho ao pai, no estilo e gôsto de que depois tanto usou Sousa Bandeira e lhe deram fama. Ambos, porém, tomam o carácter de panfleto estreme. Política e só política, reflectindo bem o estado da opinião.

Mas a revolução de 1820 era um episódio a findar; em Trás-os-Montes começara a sublevação; a vida artificial do jornal tende a extinguir-se. Vai chegar a vez de Sousa Bandeira ser perseguido. Dissolvidas as côrtes e suprimida a Constituïção é êle preso e levado para o Pôrto. Amnistiado regressou a Guimarães, mas o *Azemel* não reapareceu.

E só passados trinta e três anos voltou a haver jornais: a *Tesoura de Guimarães* em 2 de Setembro e o *Vimaranense* em 3 de Novembro de 1856. Com a Regeneração acabara a política violenta. O jornalismo tomava a feição noticiosa e instrutiva, tratando dos interêsses locais os jornais da província de preferência à política partidária.

Sousa Bandeira teve importância individual em Guimarães. Vindo para aqui com seu pai em 1808 na idade de onze anos, aqui constituíu família e se demorou até que Passos Manuel em 1836 o transferiu para o Tribunal do Comércio do Pôrto. Liberal do grupo mais avançado, valoroso e combativo, considerado como chefe, é sôbre êle que principalmente incidiram os ódios dos adversários. E como em 1828, na adesão de Guimarães à Junta do Pôrto para a restauração da Carta, tomasse parte saliente no movimento, as acusações que lhe fizeram levaram-no a julgamento da Alçada.

Do seu processo consta que «não só servira com os rebeldes o officio de Escrivão, que anteriormente

exercia, mas tambem que era o perturbador da tranquillidade publica, constitucional exaltado, inimigo da Religião e do Throno, cooperando com os rebeldes, auxiliando-os em tudo quanto podia, aconselhando-lhes perseguições aos amigos d'El-Rei, sendo o braço direireito dos mesmos rebeldes para quantas vexações e hostilidades perpetrárão, e a primeira origem de todas as calamidades que soffrerão os pacificos e honrados habitantes;»

«que, entrando na villa na manhã de 31 de maio a primeira divisão das Tropas rebeldes, commandadas por José de Barros e Abreu, tenente Coronel que foi do regimento de cavallaria n.º 12, em lugar de seguir o exemplo de fidelidade que lhe derão as Authoridades civis, que se retirarão, apenas lhe constou a approximação das Tropas rebeldes, ao contrario se deixou ficar, prestando-lhe serviços por meio do seu officio, aquartelando-as em differentes casas; passando logo na manhã desse mesmo dia ao audaciosissimo e criminosissimo excesso de dirigir-se ás Cadêas da correição tumultuariamente ne meio de cem pessoas, indo á testa dellas; de fazer abrir as portas das mesmas Cadêas, e obrigar o Carcereiro a apresentar-lhe todos os prezos, aos quaes tomando os nomes em huma lista, sahio para fóra, e voltou dahi a pouco espaço no meio de hum grupo sedicioso; fazendo chamar os presos que alistára, os soltou todos, menos Bento José Marques, deixando ao Carcereiro a propria lista assignada com o seu sobrenome;»

«que este escandaloso delicto foi seguido de outro identico, naquelle mesmo dia e occasião, passando similhantemente ás Cadêas do Castello a exigir do Carcereiro dellas outra lista dos prezos ahi existentes, com declaração dos crimes e motivos porque o estavão, lista que o Carcereiro entregou, e que sahindo este com ella, voltou, mediando apenas o espaço de duas horas, acompanhado de mais dous individuos, hum dos quaes ficou á porta da Cadêa com alguma Tropa armada, e com o outro individuo intimárão o Carcereiro para que soltasse os presos relacionados; ao que recusando-se o Carcereiro, por lhe não apresentar ordem de Authoridade legitima, o obrigárão á valentona a abrir-lhes as Cadêas e a soltar os presos, diligencia esta a que de proposito

concorrêrão todos em serviço dos rebeldes; concorrendo a fazer mais aggravante o temerario e criminosissimo arrojo a que se transportou, de tirar do poder da Justiça prezos que estavam a ella entregues, o acharem-se muitos d'elles recolhidos nas ditas Cadeas por culpas de salteadores, e outros com parte;»

«que no seguinte dia 1.º de junho do mesmo anno interviera na factura do Auto de reclamação, sendo o proprio que, sem lhe competir, o escreveo e lavrou Auto subversivo e execrando, em que com os demais infames collaboradores reconheceo e prestou obediencia á Junta rebelde, e que teve por objecto reclamar o que se havia feito na Camara da villa, no qual se pedia a Sua Magestade Houvesse por bem annuir aos fervorosos votos dos seus fieis vassallos, declarando-se Rei destes Reinos, e seu Natural Senhor, segundo as Leis fundamentaes da Monarquia;»

«e que rematou os seus excessos criminosos com a fuga que fez com os rebeldes de Guimarães para Braga e depois para o Porto.»

Foram acusados por esta ocasião também perante a Alçada do Pôrto o vereador Bento Leite Pereira da Costa e o escrivão José de Faria Machado.

Sousa Bandeira foi condenado por sentença de 18 de Setembro de 1829 a degrêdo por tôda a vida para o presídio de Pungo Andongo e a assistir à execução de dois réus no mesmo processo, condenados a ser levados com baraço e pregão até à Praça Nova e a enforcados.

Removido para a Tôrre de S. Julião da Barra onde entrou em 11 de Agôsto de 1830, só recuperou a liberdade em 24 de Julho de 1834.

Fr. Rodrigo de Menezes, seu colega no *Azemel* esteve preso no castelo de Guimarães e nas cadeias da Relação até 1832.

A. Tibúrcio de Vasconcelos.